



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17720 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

INTENSIFICAÇÃO DA BUROCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE AS PLATAFORMAS DIGITAIS

Emanuelly Marques Cardoso - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Daniela Cunha Terto - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

INTENSIFICAÇÃO DA BUROCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE AS PLATAFORMAS DIGITAIS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta notas preliminares da dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na linha de pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional.

Parte-se do princípio de que a gestão é um meio para atingir os fins educacionais, que, sob uma perspectiva democrática, envolvem a apropriação da cultura historicamente produzida com o objetivo de promover a formação integral dos indivíduos. A problemática deste estudo reside na possível contradição entre o discurso de modernização e desburocratização promovido pela Nova Gestão Pública (NGP) e sua materialidade na gestão das escolas através do uso das plataformas digitais. Tem-se como pergunta norteadora: As plataformas digitais adotadas pelo estado intensificam a burocracia e limitam as tomadas de decisões na gestão escolar?

Conforme Meira (2019, p. 5),

Existem poucos estudos empíricos que incidam diretamente sobre o papel desempenhado pelas plataformas eletrônicas na reconfiguração organizacional da administração da educação, o seu impacto nas relações de poder e as suas implicações nas práticas democráticas de controlo e participação nas decisões da administração educativa.

Diante desse cenário, este estudo pretende contribuir para o preenchimento dessa lacuna, investigando como as plataformas digitais impactam a autonomia e a participação na perspectiva de uma gestão escolar democrática. Para isso, a partir de uma revisão de literatura, este trabalho tem como objetivo geral analisar se as plataformas digitais contribuem para a intensificação da burocracia escolar e limitação da autonomia da gestão escolar.

O trabalho está organizado em três partes: a primeira é esta introdução, que contextualiza o estudo, apresenta o objetivo e a questão de pesquisa; A segunda seção analisa como os princípios da Nova Gestão Pública, em conjunto com as TICs e o governo eletrônico, influenciam a gestão escolar; A terceira seção apresenta as discussões acerca das plataformas digitais na gestão escolar. E, por fim, tem-se as considerações finais.

2 NOVA GESTÃO PÚBLICA E GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR

Modelos de gestão com características gerenciais têm sido cada vez mais implementados na administração pública. A condução de políticas públicas vem passando por mudanças com ênfase no planejamento estratégico, na busca por eficiência e eficácia, e responsabilização. No contexto educacional contemporâneo, a adoção dessas ideias, especialmente no que se refere ao controle e regulação dos resultados através do governo eletrônico e da burocracia eletrônica, tem sido amplamente promovida como uma ferramenta para uma suposta melhoria na educação.

A produção de conhecimentos científicos e sua aplicação tecnológica no sistema produtivo, resulta da reorganização do trabalho e da administração nos últimos anos, em resposta às demandas do padrão de acumulação e reprodução do capitalismo sob o regime de acumulação flexível. Nesse cenário, como afirmam

Silva e Carvalho (2014), uma nova configuração do Estado se delinea, caracterizada pela diminuição de gastos públicos e pela adoção de práticas do mercado. Essa modificação reflete uma mudança no papel do Estado, uma vez que o setor público passou a buscar uma nova forma de organização e gestão, baseada nos princípios da iniciativa privada.

Dessa forma, se estabelece um modelo de organização do Estado que busca cada vez mais a eficiência, a produtividade, e a transparência dos serviços, visando a modernização e a adoção de uma gestão inspirada no modelo empresarial. Silva e Carvalho (2014) explicam que a Nova Gestão Pública representa uma perspectiva de organização e funcionamento do Estado que se baseia em pilares como foco nos resultados, verificação da eficiência, qualidade e eficácia dos serviços, gestão descentralizada, criação de ambientes competitivos nas instituições públicas, objetivos claros de produtividade e subordinação ao controle social.

No campo educacional, esse movimento defende a adoção e a ampliação da utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) como mecanismo para a modernização da administração escolar. Silva e Carvalho (2014) argumentam que um dos pilares da NGP é a consolidação do governo eletrônico, que se refere ao desenvolvimento de ferramentas gerenciais informatizadas. Essas ferramentas permitem ao governo e aos gestores públicos acessar uma base de dados eletrônicos consistentes, utilizando a rede mundial de computadores possibilitando aos órgãos de governo controlarem informações e processos gerenciais.

Como parte desse processo de modernização, as plataformas digitais vêm sendo utilizadas como ferramentas na gestão escolar, para diversos serviços no planejamento, na organização e na coordenação da escola. Segundo Chiarini et al. (2023, p. 7), as “plataformas digitais são redes orquestradas por um controlador, que pode ser uma empresa ou qualquer outra organização, a exemplo do Estado ou da comunidade acadêmica”. Nesse sentido, torna-se essencial entender que, no caso da gestão da educação, as plataformas digitais são uma rede gerenciada de maneira centralizada sob a responsabilidade do Estado e participam do dia a dia do trabalho dos gestores escolares.

Com o avanço da Internet e das inovações em comunicação e informação, as organizações governamentais tiveram a oportunidade de migrar seus sistemas convencionais para plataformas com interfaces baseadas nas TICs. Esse movimento ampliou a capacidade de disponibilizar informações públicas, dando origem ao que se denomina Governo Eletrônico (Silva; Carvalho, 2014). Por meio dessas plataformas, tornou-se possível encontrar, acessar e disseminar rapidamente inúmeras informações, dados e demandas relativas a instituições

públicas por meio da internet.

Antunes (2018), argumenta que as TICs, sob a ótica do capital, em vez de eliminar completamente o trabalho através do maquinário informacional-digital, intensificam a exploração e os níveis de precarização do trabalho. Pode-se dizer, que as plataformas digitais, ao invés de promoverem a autonomia dos gestores, operam como instrumentos de vigilância e controle, reforçando a padronização dos processos administrativos. Em vez de facilitar a gestão, essas plataformas muitas vezes ampliam a burocracia e reforçam o que Antunes (2018) denomina de "escravidão digital".

O governo eletrônico, alinhado a perspectiva do Estado Gerencial e os paradigmas da Nova Gestão Pública (NGP), professam uma administração mais eficiente, focada na prestação de contas e no controle dos resultados. As novas tecnologias e sistemas em rede oferecem acesso rápido a dados e informações a gestão pública e facilitando a obtenção de informações pelas instituições públicas (Silva; Carvalho, 2014). No entanto, à medida que esses instrumentos muitas vezes se orientam numa perspectiva gerencialista, sustentada pelas teorias e métodos da administração capitalista, limitam-se a reproduzir a lógica de mercado, restringindo seu potencial de promover uma gestão verdadeiramente democrática.

Portanto, é de suma importância compreender como ocorre a materialização da adoção das plataformas nos processos de gestão escolar, bem como a participação e a autonomia dos gestores nesse contexto, e se é possível se alinharem à perspectiva de uma escola democrática.

3 AS PLATAFORMAS DIGITAIS NA GESTÃO ESCOLAR

Contrariamente à expectativa de desburocratização proferida pelos princípios da Nova Gestão Pública, os estudos de Lima (2021; 2012) argumentam que as mudanças advindas com a utilização das plataformas não eliminam a burocracia na rotina escolar, mas ampliam os mecanismos de controle e vigilância, configurando-se como mecanismos de burocracia aumentada ou hiperburocracia. O autor descreve que a administração digital, através de plataformas, emerge como máquinas de administrar, com capacidade de decisão automatizada, de regime de regras, vigilância ativa, monitoramento, cálculos, avisos, advertências, avaliações e representações gráficas.

Meira (2019) argumenta que a automatização dos procedimentos administrativos através de plataformas digitais traz significativas implicações para a vertente democrática da gestão, uma vez que a especialização técnica necessária

para operar essas plataformas tende a enfraquecer o controle sobre o funcionamento e o desenho dos sistemas, assim como a participação dos envolvidos. Neste contexto, as plataformas promovem “o cumprimento estrito de normas e regulamentos operacionalizados por via eletrônica (...), uma verdadeira máquina formatada para permitir apenas as ações que lhe foram previamente inscritas como corretas” (Meira, 2019, p.8).

Quanto a relação da autonomia e as plataformas digitais na administração da educação, Meira (2021) observa que, embora as escolas mantenham uma margem de autonomia na prática, a introdução das plataformas eletrônicas limita severamente essa capacidade de ação autônoma. O controle burocrático centralizado, exercido à distância por elas, registra até os movimentos organizacionais mais simples, permitindo à administração educativa central aproximar o controle do cotidiano escolar, restringindo cada vez mais as esferas de atuação dos gestores.

Catalão e Pires (2020) apontam em seu estudo que embora as plataformas digitais sejam principalmente utilizadas para apoiar a gestão administrativa dos recursos humanos e da informação, desempenhando um papel supostamente modernizador, elas também exercem controle sobre os atores e a informação produzida nas escolas, além de intensificar a burocracia. Esse controle é exercido de maneira anônima e impessoal pelo Estado, através de prazos rigorosos, regras e pedidos de dados solicitados e definidos pela administração central, criando uma tensão entre a autonomia desejada pelos gestores e o controle centralizado do Estado.

As discussões sobre o impacto das plataformas digitais na gestão escolar revelam uma tensão entre a modernização pretendida e a intensificação da burocracia. Segundo Carvalho e Loureiro (2021), embora as plataformas digitais sejam introduzidas com a promessa de aumentar a eficiência e a eficácia das escolas, elas acabam por intensificar a padronização e a uniformização de procedimentos na administração escolar. Esses sistemas, que deveriam facilitar a gestão, muitas vezes ampliam a burocracia ao exigir a repetição de tarefas e a inserção das mesmas informações em plataformas diferenciadas.

Em adição, Lima (2021, p.11) destaca o aumento da burocracia dado que com as rotinas eletrônicas se “[...] desmaterializou e adotou a velocidade, a certeza e a capacidade de armazenamento, tratamento e gestão de grandes massas de dados, produzindo decisões automatizadas e vigiando o seu cumprimento”. Ainda para o autor, o aumento do uso das rotinas eletrônicas na contemporaneidade exige pesquisas empíricas aprofundadas para estudar a hipótese da hiperburocratização das organizações educativas e da administração educacional.

Assim, compreende-se que os mecanismos de hiperburocratização e o excesso de ferramentas trazidas por ela não promove uma modernização no sentido de avanço na educação de qualidade socialmente referenciada por meio da gestão democrática. Pelo contrário, acentua práticas centralizadoras de controle do trabalho e perda da autonomia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que as plataformas digitais atuam como importantes instrumentos de regulação, padronização e controle, evidenciando como os princípios da Nova Gestão Pública se estendem para o campo educacional. Esse movimento resulta em uma gestão escolar cada vez mais burocrática e fragmentada, que limita a autonomia dos gestores escolares e reforça práticas gerenciais. Conseqüentemente, essa abordagem conduz a uma gestão que não dialoga com a formação integral dos indivíduos, voltada para a construção e o exercício da cidadania e autonomia, estando em desacordo com os princípios de uma gestão democrática.

A partir das análises apresentadas, demonstra-se que as plataformas digitais não apenas apoiam a gestão administrativa, mas também atuam como mecanismos de controle pelo Estado sobre os atores escolares e a informação produzida nas escolas através da constante modernização dos serviços administrativos.

Dessa tensão emerge uma contradição. Ao promover um discurso de modernização e desburocratização promovidos pelos princípios da Nova Gestão Pública e do gerencialismo, acaba por reforçar práticas burocráticas que limitam a autonomia e a participação dos gestores escolares. Dessa forma, é fundamental aprofundar a compreensão dos efeitos da burocracia eletrônica na gestão escolar, considerando a perspectiva dos gestores educacionais no trabalho diário.

Este trabalho pretende fornecer contribuições valiosas para o campo educacional como um todo, auxiliando na reflexão e superação das contradições sobre o impacto das tecnologias e das abordagens gerenciais na gestão escolar.

Palavras-chave: Gestão escolar, burocracia eletrônica, plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços**

na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Maria João de; LOUREIRO, Armando. AS PLATAFORMAS INFORMÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: modernização ou burocratização?. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 11, e020147, 2021.

CATALÃO, Ana Paula Xavier; PIRES, Carlos Augusto. As plataformas informáticas como instrumentos de regulação da organização e gestão escolar. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. Especial, p. 85-110, 21 maio 2020.

CHIARINI, Tulio; SILVA NETO, Victor José da; PEREIRA, Larissa de Souza; SZIGETHY, Leonardo. **Plataformas digitais: mapeamento semissistemático e interdisciplinar do conhecimento produzido nas universidades brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3QqWoWy>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LIMA, Licínio C. Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, Carlos; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Org.). **Trabalho e educação no Século XXI: experiências internacionais**. São Paulo: Xamã, 2012.

LIMA, Licínio C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade** [online]., Campinas, v. 42, e249276, 2021.

MEIRA, Manuel. A difícil relação entre burocracia eletrónica e democracia na administração educativa em Portugal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019

MEIRA, Manuel Vale Fernandes. O cerco à autonomia das escolas: As plataformas eletrónicas na administração da educação. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2021.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; CARVALHO, Lorena Sousa. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistaeducacaoemquestao.ufrn.br>. Acesso em: 09 jul. 2024.